

ESTUDO SOBRE A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA NAS EMPRESAS DA ECONOMIA CRIATIVA DO TURISMO DE RECIFE E OLINDA

Emerson José Bezerra¹; Joséte Florêncio dos Santos²

¹Estudante do Curso de Administração – CCSA – UFPE; E-mail: emersonbezerra1@hotmail.com,

²Docente/pesquisador do Depto de Ciências Administrativas – CCSA – UFPE. E-mail: jfs@ufpe.br.

Sumário: Este artigo trata da importância da sustentabilidade financeira nas empresas da economia criativa do setor de turismo das cidades de Recife e Olinda, em Pernambuco. Inicialmente, é apresentada uma revisão da literatura sobre a economia criativa, suas origens e situação atual em Pernambuco, a importância do planejamento financeiro em empresas de micro e pequeno porte e as dificuldades de sobrevivência ao longo do tempo no mercado, as dificuldades de acesso ao financiamento e a importância da governança corporativa. Foi observado que as empresas analisadas apresentam práticas de governança básicas, condizentes com seu porte. As principais fontes de financiamento são aquelas que oferecem condições mais flexíveis de pagamento, como empréstimos de familiares e amigos, e as que oferecem prazos de pagamento mais longo, como linhas de crédito para capital de giro, que permitem uma melhor gestão dos fluxos de pagamentos e recebimentos. Estas empresas apresentam uma situação financeira delicada, pois não dispõem de recursos de longo prazo para financiar seus ativos não circulantes, o que as deixa bastante expostas a mudanças bruscas no mercado.

Palavras-chave: economia criativa; governança corporativa; sustentabilidade financeira

INTRODUÇÃO

Os primeiros relatos sobre a economia criativa surgiram nos anos 1990, advindos da Austrália e Inglaterra. Nos últimos anos, vários modelos foram criados para dar um maior entendimento às características estruturais para a classificação das indústrias criativas. Há vários conceitos relacionados a economias criativas, um deles é que a economia criativa “se alimenta dos talentos criativos, que se organizam individual ou coletivamente para produzir bens e serviços criativos” (SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA, 2011). Alguns exemplos desses modelos ligados a cultura são os Arranjos Produtivos Locais (APL). Eles convergem no sentido de que as empresas lidam com a interação de diversos setores criativos que variam de atividades consolidadas nos conhecimentos tradicionais e patrimônio cultural, até subgrupos mais tecnológicos e voltados à prestação de serviços em comunicação.

Em Pernambuco, este segmento de negócios é formado pelo conjunto de atividades de produção e manifestação cultural e entretenimento (cinema, audiovisual, música, animação e jogos) e está fortemente vinculada às atividades de propriedade intelectual (marcas registradas e patentes, direitos autorais) (PREFEITURA DO RECIFE, 2014). A cidade do Recife, com seu vasto litoral e sua rica história, apresenta um grande potencial de investimento nesse ramo.

Para explorar as vantagens locais, contudo, as empresas operando neste setor de atividade precisam garantir sua sustentabilidade financeira. É necessário realizar uma gestão eficiente de seu capital de giro, analisar quais as melhores fontes de financiamento disponíveis e assegurar que o controle efetivo do fluxo de caixa.

Este trabalho busca, assim, analisar a sustentabilidade financeira de micro e pequenas empresas do setor de turismo nas cidades de Recife e Olinda, as decisões de financiamento e as práticas de governança corporativa adotadas por estas empresas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho caracteriza-se como um estudo de natureza exploratória e descritiva.

A população da pesquisa foi composta por hotéis de micro e pequeno porte, locais e não integrantes de redes hoteleiras com operações fora de Pernambuco, em operação nas cidades de Recife e Olinda.

Foram considerados apenas os empreendimentos identificados por seus proprietários como *hostels*, albergues e pousadas temáticas. Estas empresas são caracterizadas por sua estrutura simples, por promover a cultura local em sua ambientação e incentivar a interação e troca de experiências entre os hóspedes.

A amostra contou com um total de 12 empresas, sendo 9 localizadas no Recife e 3 em Olinda. O instrumento de coleta de dados será um questionário, aplicado e respondido na presença do pesquisador.

O questionário foi composto por 29 questões, sendo 6 questões para definição do perfil da empresa e do entrevistado, 10 questões para levantamento de informações contábeis e construção do balanço patrimonial e 13 questões referentes a gestão do capital de giro, governança e financiamento.

Para averiguar a situação financeira das empresas, foram utilizados os indicadores de liquidez corrente e liquidez seca, para a análise do capital de giro segundo o modelo tradicional, e as variáveis CDG, NCG e T, que compõem o Modelo Fleuriet e proporcionam uma análise dinâmica do capital de giro. A análise conjunta destas variáveis permite tipificação da situação financeira da empresa segundo o Modelo Fleuriet.

RESULTADOS

As práticas de governança observadas nestas empresas são adequadas a seu porte e suas limitações. Na maioria dos casos, verifica-se um processo de tomada de decisões que envolve tanto discussões entre os sócios como uma abertura para a participação de funcionários nestas decisões, abertura facilitada pelo porte das empresas, pela facilidade de acesso aos gestores e a pouca formalidade nas relações gestores-funcionários.

As principais fontes de financiamento apontadas pelos respondentes são empréstimos levantados junto a familiares e amigos para a empresa (33%), seguido por linhas de crédito bancário destinadas especificamente ao capital de giro (25%). Nas empresas que buscam financiamento, a expansão da infraestrutura e a compra de equipamentos são as principais utilizações (41,6% cada), seguidas pela quitação de dívidas antigas (25%). Dentre as principais dificuldades na obtenção de recursos de terceiros, destacam-se as taxas cobradas e as garantias exigidas e a exigência de muitos documentos na contratação (66,6% cada). São dificuldades comuns a empresas neste ramo de atividade.

O indicadores utilizados apresentam valores menores que 0, o que significa que não haveria ativos de curto prazo suficientes para saldar as obrigações de curto prazo. A análise utilizando o Modelo Fleuriet aponta uma situação financeira delicada, tendo 53,8% das empresas sido caracterizadas como de Alto Risco, e as demais em situação Muito Ruim.

DISCUSSÃO

Apesar de não incorrer nos riscos de conflitos de agência, comuns em empresas de capital aberto, a separação entre as finanças pessoais dos proprietários/sócios e as finanças da empresa é um fator importante na gestão financeira destas empresas, de modo a manter um

controle adequado dos recursos disponíveis. A manutenção de informações contábeis e gerenciais atualizadas constantemente também garante o controle dos fluxos de recursos.

A natureza sazonal das operações exige um controle rígido nos prazos de pagamento e recebimento, sendo necessária, portanto, alguma flexibilidade nas contrapartidas exigidas pelos fornecedores de financiamento. A exigência de muitos documentos é um empecilho em particular para empresas jovens, como é o caso da maioria dos empreendimentos analisados neste estudo.

Em 58,3% dos casos analisados, as empresas não dispõem de recursos de longo prazo para financiar seus ativos de longo prazo, precisando recorrer a recursos de curto prazo para financiar seu ativo não circulante. Esta é uma situação caracterizada como sendo de Alto Risco, uma vez que estas empresas estão mais expostas a mudanças bruscas no ambiente econômico que levam a alterações em seu passivo de curto prazo. Contudo, o fato de o CDG ser maior que o NCG significa que restam recursos em tesouraria (T). Estes recursos dão alguma folga às empresas, na medida em que estas dispõem de capital para saldar suas obrigações financeiras no curto prazo, mas, pela indisponibilidade de recursos de longo prazo suficientes para financiar seus ativos não circulantes, esta é uma situação de difícil sustentação no longo prazo.

As demais empresas apresentam um quadro mais difícil. Além de não disporem de recursos de longo prazo para financiarem seus ativos não circulantes, estas empresas apresentam um NCG maior que CDG, não tendo saldo em tesouraria disponível para quitar suas dívidas no curto prazo. Esta é uma situação caracterizada como Muito Ruim, pois trata-se de uma posição de alta exposição a vicissitudes do mercado, tendo a empresa pouca margem de manobra em momentos de crise ou nos períodos de baixa atividade.

CONCLUSÕES

A análise da situação financeira evidenciou que as empresas estudadas estão em situação financeira delicada, tendo os indicadores de liquidez apresentado uma incapacidade dos empreendimentos de saldar suas obrigações de curto prazo com os recursos disponíveis no curto prazo. Esta situação é reforçada pela análise dinâmica por meio do Modelo Fleuriet, que permite distinguir dois grupos de empresas: um em situação caracterizada como de Alto Risco, por precisarem recorrer a recursos de curto prazo para financiar seus ativos de longo prazo, mas que dispõem de recursos em caixa para saldar suas obrigações financeiras no curto prazo; e um segundo grupo, caracterizado como em situação Muito Ruim, que além de não dispor de recursos de longo prazo para se financiar, também não dispõem de saldo em tesouraria para saldar suas obrigações a curto prazo.

A maioria das empresas analisadas apontaram os empréstimos junto a familiares e amigos à empresa e as linhas de crédito bancário voltado ao capital de giro como as principais fontes. A razão para isto pode ser a maior flexibilidade de negociação de prazos para pagamento (no caso de familiares/amigos) e o maior tempo para pagamento (no caso das linhas de crédito), que permitem à empresa gerir melhor os fluxos de pagamento e recebimento, fundamental em um ramo de atividade sazonal como o turismo.

Estas empresas apresentam práticas de governança básicas, condizentes com seu porte. Há uma preferência por um processo de tomada de decisões que inclui discussões entre os sócios do empreendimento, dando espaço também à participação dos funcionários nas decisões. Foi observada a preocupação dos gestores em separar finanças pessoais e da empresa, uma prática de grande importância para garantir a transparência da gestão financeira. Também a manutenção de um registro contábil e gerencial atualizado, bem como o controle frequente de disponibilidades e dos fluxos de pagamento/recebimento garantem uma farta fonte de informação aos sócios e gerentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio e dedicação da Profa. Joséte Florêncio dos Santos e o apoio financeiro da FACEPE, que possibilitou minha participação nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.
- HOJI, M. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2004.
- IBGC. Instituto brasileiro de governança corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4.ed. São Paulo, SP: IBGE, 73 p., 2009.
- LAMBERSON, M. Changes in working capital of small firms in relation to changes in economic activity. **American Journal of Business**, v.10, n.2, p.45-50, 1995.
- MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; BRAGA, Roberto. Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuriet. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 49-63, 1995.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo como instrumento de desenvolvimento regional: estudo de arranjos produtivos locais (APLs) no setor de turismo. **Estudos de competitividade do turismo brasileiro**. Brasília, 02 jul. 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/13estudos.html>. Acesso em: 01 dez. 2013.